

Alta nos preços: gasolina aditivada chega a R\$ 7,39 em Petrópolis

Combustíveis seguem em alta na cidade; fiscalização não aponta irregularidades

Por Gabriel Rattes e Johnnata Joras

O preço dos combustíveis continua subindo em Petrópolis e já pesa no bolso dos motoristas. Na terceira semana de março, o valor máximo da gasolina aditivada chegou a R\$ 7,39, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Em apenas uma semana, o aumento foi de R\$ 0,30. O preço médio da gasolina aditivada também subiu e alcançou R\$ 7,06 — alta de R\$ 0,11 em comparação com a semana anterior.

A gasolina comum seguiu o mesmo movimento. O valor máximo chegou a R\$ 7,19, também com aumento de R\$ 0,30. Já o preço médio foi de R\$ 6,95, registrando alta de R\$ 0,10 no mesmo período.

A gasolina aditivada costuma ter preço mais alto porque recebe compostos detergentes e dispersantes. Esses aditivos ajudam a limpar o motor e melhorar o desempenho do veículo, o que encarece o produto final.

Procon não encontra irregularidades

Diante da alta, o Procon Petrópolis realizou uma operação nos últimos 15 dias e vistoriou os 53 postos em funcionamento na cidade e nos distritos. Durante a ação, agentes analisaram notas fiscais



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Apesar de não haver irregularidades, consumidores reclamam dos preços

de compra dos combustíveis para comparar os valores antes e depois dos reajustes feitos pelas distribuidoras. Foi identificado um aumento médio de cerca de 10% no custo de aquisição, que acabou sendo repassado ao consumidor.

Até o momento, nenhum posto foi autuado. Segundo o órgão, toda a documentação apresentada está compatível com os preços praticados, sem indícios de infração ao Código de Defesa do Consumidor.

As fiscalizações continuam de forma semanal e por amostragem, incluindo a verificação de bombas, transparência nos preços e qualida-

de dos combustíveis. Caso haja suspeita de aumento abusivo, pode ser aberto processo administrativo.

Etanol divide opiniões

Mesmo com a alta da gasolina, o etanol segue como opção para parte dos motoristas. Na terceira semana de março, o combustível teve preço médio de R\$ 5,54 e máximo de R\$ 5,69. Ainda assim, há divergência sobre a vantagem econômica. Enquanto alguns motoristas optam pelo etanol como alternativa, outros avaliam que o rendimento menor não compensa o preço mais baixo.

O autônomo Felipe Diniz cri-

tou os preços praticados na Cidade Imperial. “É um dos lugares mais caros do Rio, se não for do Brasil. A gente fica meio à mercê do mercado. Tem que se ajustar. Já começa o mês apertado. Agora é o mês todo. O etanol não compensa muito. Ele é mais barato, mas evapora mais rápido. Às vezes coloco um pouco, mas geralmente uso mais gasolina”, disse.

A enfermeira Fabiana Carvalho explicou que utiliza etanol como alternativa e mistura com gasolina aditivada. “Um absurdo. Chega final do mês, fica difícil. É muito complicado esses preços. Eu colo-

co sempre etanol como alternativa e boto um pouquinho de gasolina aditivada”, afirmou.

Edmilson dos Santos, que é mecânico, relatou impacto direto na rotina de trabalho. “Pelo percurso que a gente anda, é muito caro. Olha o trânsito como é que é. Fica muito difícil. A pessoa que vai trabalhar, ir e voltar, fica mais difícil ainda. Às vezes tem que botar etanol, senão fica muito pesado pra quem vai e volta todo dia de carro”, explicou.

O taxista Milton César Noel de Oliveira relatou a diferença de preço para outros locais. “Caro, parece que é um cartel. Os postos de gasolina aqui mantêm um preço único. No Rio de Janeiro a gente tem diferença de um real do combustível para Petrópolis, complicado.

Esse aumento tá ‘arrebentando’ com a gente. Tá difícil para nós taxistas trabalharmos.

Trabalho com etanol, porque às vezes tem um preço melhor”, enfatizou.

Tabela de preços (15 a 21 de março)

■ Gasolina aditivada

Médio: R\$ 7,06

Máximo: R\$ 7,39

■ Gasolina comum

Médio: R\$ 6,95

Máximo: R\$ 7,19

■ Etanol

Médio: R\$ 5,54

Máximo: R\$ 5,69

Vereadora aciona Justiça contra aumento

Por Leandra Lima

A vereadora Júlia Casamasso (Psol) solicitou à Justiça a reconsideração da tutela provisória que autorizou o aumento da passagem de ônibus municipal para R\$ 5,90. A petição encaminhada à 4ª Vara Cível de Petrópolis pede que os efeitos da liminar sejam suspensos até a conclusão da análise técnica do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), que determinou que a Prefeitura e a Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CpTrans) prestassem esclarecimentos sobre possíveis irregularidades no aumento.

Segundo a parlamentar, que também foi responsável por protocolar a representação no TCE, a manifestação atual foi apresentada após a parte técnica do tribunal apontar possíveis irregularidades. O órgão destacou a ausência de decreto regulamentar, a inexistência de parecer do Conselho Municipal de Trânsito e Transportes (COMUTRAN)

e a presença de inconsistências relevantes nas planilhas de custos apresentadas pela CpTrans, fato que já havia sido apontado no pedido de perícia da vereadora.

Entre outras questões, a bilhetagem se encontra sob responsabilidade de entidade privada (Setranspetro), o que, de acordo com a Corte, pode configurar violação à legislação municipal.

Para a parlamentar, o que está em debate é o interesse da população, que segue pagando caro pelo serviço. “Não é razoável manter produzindo efeitos um aumento de tarifa que segue pesando diariamente no bolso da população, enquanto a própria instância técnica de controle do Estado aponta indícios relevantes de inconsistências na planilha e exige o aprofundamento da apuração”, afirmou Júlia.

Perícia já solicitada

Júlia já havia solicitado perícia técnica à 4ª Vara Cível, no ano passado, sobre o mesmo



Divulgação

Representação diz que dados não foram ajustados

assunto, pedindo que fossem auditados todos os elementos utilizados no cálculo tarifário. Uma das principais falhas apontadas pela parlamentar foi a quilometragem, que, segundo ela, estava quase inalterada se comparada aos anos de 2023 e 2025, mesmo com menor quantidade de veículos circulando.

“É muito grave que o Executivo siga se omitindo diante de um tema tão sensível. A Prefeitura não publicou o ato administrativo que a legislação municipal exige para formalizar o reajuste e tampouco recorreu da decisão judicial, deixando que uma liminar, concedida de forma preliminar, continue sustentando

um aumento que pesa no bolso do povo. Essa inércia administrativa não pode servir para legitimar indefinidamente uma tarifa contestada”, completou a vereadora.

Manifestação

Diante do apresentado, a Prefeitura já havia informado ao Correio que a quilometragem do sistema se manteve praticamente estável, mesmo com a redução da frota, em razão do aumento da produtividade dos veículos. Esclareceu que, à época, se posicionou de forma contrária ao reajuste da tarifa, considerando os problemas operacionais ainda apresentados pelas empresas, como falhas na prestação do serviço e irregularidades nas viagens e reforçou que o cálculo tarifário seguiu critérios técnicos previstos na legislação vigente e na metodologia adotada pela CpTrans. Ressaltou ainda que prestará todos os esclarecimentos solicitados.